NOTIFICAÇÃO Nº 95754/CONJUR/2017**Á****RAIMUNDO PEREIRA**

End: Rodovia BR 163, km 140 Mojú I e II

Bairro: Zona Rural

CEP: 68138-000 PLACAS - PA

Notificamos V. S^a, que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Nº 5984/2012, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração Nº 2493/2012/GEFLOR, lavrado em desfavor de RAIMUNDO PEREIRA em razão da constatação da infração ambiental consiste no art. 118, incisos I da Lei Nº 5.887/1995, aplicando-lhe a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 3.000 UPF's, cujo o recolhimento deverá ser providenciado no prazo de 10 (dez) dias, devendo ainda o autuado ser compelido a apresentação de um projeto de recuperação da área degradada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, também contados da ciência da imposição, evidenciando as etapas e prazos necessários á devida compatibilização do empreendimento com o disposto na legislação ambiental vigente e aplicável submetido, posteriormente, à apreciação desta secretaria, sob pena de, não cumprindo com as exigências impostas, configurar-se infração continuada e, conseqüentemente, sofrer a penalidade de MULTA DIÁRIA, fixada desde já 150 UPF's de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I e § 4º todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio ambiente.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da imposição e, a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento), calculando cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144, § 1º, respectivamente, da Lei Estadual Nº 5.887/1995.

Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto Nº 1.177/08.

Com efeito, informamos a V. S^a. poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

NOTIFICAÇÃO Nº 104425/CONJUR/2017**Á****ANTONIO RAMOS DA SILVA – LOTE 32**

End: Lote N. 32 da Gleba N. 18 – BAIRRO: ZONA RURAL

CEP: 68198-970 Trairão – PA.

Notificamos V.S^a. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Nº. 16960/2013, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração Nº 2095/GERAD em face de **ANTONIO RAMOS DA SILVA, em virtude do desrespeito aos ditames legais do inciso VI do artigo 118 da Lei Estadual nº 5.887/1995, aplicando-lhe a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 7.501 UPF's, cujo recolhimento deverá ser procedido no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da ciência de sua imposição, consoante o disposto nos artigos 115, 119, II; 120, II; 122,II, da Lei Estadual nº. 5.887/95.**

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5887/95.

Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta nos prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08. Com efeito, informamos a V.Sa. poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

Salientamos que, a despeito da quitação da penalidade aplicada, é necessária a devida regularização ambiental do empreendimento junto a esta Secretaria de Estado.

Protocolo: 525603**NOTIFICAÇÃO Nº 95458/CONJUR/2017****Á****USTULIN E CARAVIERI LTDA**

End: Avenida Amazonia, nº 06 – Capistrano de Abreu -

CEP: 68580-000 Itupiranga – PA

Notificamos V.S^a. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo 14317, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração nº 7001/07247/ 2015/ GERAD em face de **USTULIN E CARAVIERI LTDA – EPP, em virtude do desrespeito aos ditames legais do art.93 da Lei 5.887/95 e artigo 118, incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995, aplicando-lhe a penalidade de INTERDIÇÃO TOTAL E TEMPORÁRIA CUMULADA COM MULTA SIMPLES, no valor de 10.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, devendo ainda o interessado regularizar sua situação junto a SEMAS, solicitando seu devido Licenciamento Ambiental no prazo máximo de 60 (sessenta) dias anexando cópia do requerimento aos presentes autos, ou comprovar tal regularização no mesmo**

prazo, sob pena de, não cumprindo com as exigências impostas, configurar-se infração continuada e, conseqüentemente, sofrer a penalidade de MULTA DIÁRIA, fixada desde já em 300 UPF's, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, II; 122, II e § 4º, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente. Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5(cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1%(um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta nos prazo máximo de até 5(cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08. Com efeito, informamos a V.S^a poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

NOTIFICAÇÃO Nº 95380/CONJUR/2017**Á****CERÂMICA YOKOYAMA LTDA - ME**

End: Rua Padre Vitorioso, nº 405,

Bairro Perpetuo Socorro

CEP: 68790-000 SÃO Miguel do Guamá- PA

Notificamos V.S^a. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo nº.:34982/2015 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração nº.: 7001/07554/2015/GERAD em face de CERÂMICA YOKOYAMA LTDA, CNPJ nº 14.075.097/0001-06, em virtude do desrespeito aos ditames legais dos artigos 93 e artigo 118, I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995, aplicando-lhe a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 3.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser procedido no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da ciência de sua imposição, bem como MULTA DIÁRIA, fixada desde já em 150 UPF's, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, e § 4º, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5(cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1%(um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta nos prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08. Com efeito, informamos a V.S^a poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

Notifico que a empresa deve buscar sua regularização junto a esta SEMAS no prazo de 60(sessenta dias) a contar do recebimento desta notificação, diante das medidas supra citadas, caso esta não ocorra, determino interdição do empreendimento pelo setor competente.

Protocolo: 525930**NOTIFICAÇÃO Nº 90293/CONJUR/2016****Á****PEREZ INDUSTRIA COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS LTDA - EPP**

End: RUA ROSA SCHINIDER, Nº 400,

BAIRRO ALVORADA DA AMAZONIA

CEP: 68193-000 Novo Progresso – PA

Notificamos V.S^a. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo 10814/15, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração nº 2961/GEFLOR em face de PEREZ IND. COM E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS LTDA em virtude do desrespeito aos ditames legais do inciso VI do artigo 118 da lei estadual 5.887/95 bem como no art. 70 da lei federal nº 9.605/98, aplicando-lhe a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 50.001 UPF's, cujo recolhimento deverá ser procedido no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, III; 122, III, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5(cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1%(um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta nos prazo máximo de até 5(cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08. Com efeito, informamos a V.Sa. poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

Protocolo: 525879